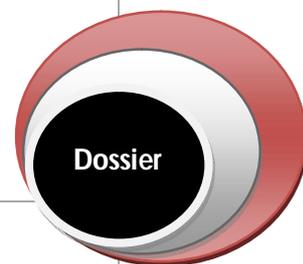


Secção **Dossier Temático**

# **Em Defesa da Utopia**

**Ed. Fátima Vieira e Irene Enes**

# Em Defesa da Utopia



Lyman Tower Sargent | Universidade de St. Louis, Missouri, EUA

Trad. Irene Enes\*

Num conjunto de artigos e de comunicações recentes e prestes a serem publicados defendi que, embora a utopia possa ser perigosa, as visões utópicas são absolutamente essenciais, pelo que temos de escolher a utopia.<sup>1</sup> Neste artigo, proponho-me fundamentar esta ideia, relacionando-a com algumas questões novas. Começo por apresentar um resumo da minha tese:

1. A esperança-desejo de uma vida melhor na vida terrena é um aspecto central da experiência humana.
2. Esta esperança-desejo tem sido muitas vezes distorcida pela ideologia e pela religião.
3. Esta esperança-desejo tem sido muitas vezes manipulada para servir os interesses económicos e políticos dos mais poderosos.
4. Quando esta esperança-desejo é distorcida ou manipulada pode tornar-se perigosa.
5. Este perigo surge normalmente porque a esperança-desejo é subvertida de forma a que uma vida melhor se destine a uns poucos eleitos ou grupo *in*, criando assim um grupo *out*, um Outro, que pode ser negligenciado, magoado, ou até mesmo morto para atingir os objectivos. Tais grupos incluem, por exemplo, membros de outras religiões, povos indígenas, diferentes grupos étnicos e ideologias diversas. Os limites do Outro têm sido frequentemente modificados de modo a incluir alguns membros que faziam anteriormente parte do grupo *in*.
6. Apesar desta realidade, a esperança-desejo de uma vida melhor é o único meio de que dispomos para ultrapassarmos esta distorção-manipulação.

Existe um exemplo particularmente significativo que importa referir, um padrão que encontramos recorrentemente nas Américas:

#### Citação

Lyman Tower Sargent, "Em Defesa da Utopia." Trad. Irene Enes. *Via Panorâmica: Revista Electrónica de Estudos Anglo-Americanos/An Anglo-American Studies Journal* 2.<sup>a</sup> ser. 1 (2008): 3-13. Web. <<http://ler.letras.up.pt>>.

1. As colónias produzem utopias para os colonizadores.
2. As colónias produzem distopias para os colonizados.
3. Os colonizados estão agora a usar com sucesso a visão da sua própria eutopia como reacção à situação distópica para que foram empurrados. Disso são exemplo o Canadá e a Nova Zelândia, mas, na verdade, todo o movimento dos direitos indígenas se baseia em visões utópicas.

Este último aspecto é extensível a outros movimentos sociais como o Movimento Feminista, ao qual muitas utopias feministas ajudaram a dar forma. Apesar de a influência da literatura utópica ser menos óbvia nos movimentos sociais recentes, a verdade é que, excepto no que diz respeito ao movimento ecologista, o *sonho social* perpassa a nossa realidade a vários níveis.

Pensemos nos grandes utopistas espanhóis do período da colonização, como Bartolomeu de Las Casas (1474-1566) e Vasco de Quiroga (1470-1565). Em 1537, o Papa Paulo III viu-se na necessidade de declarar os índios humanos. Os utopistas Las Casas e Vasco de Quiroga, condicionados pelo seu tempo e pelas suas crenças, aspiraram a criar um mundo onde os povos indígenas, vistos como seres estranhos e não-humanos, fossem tratados como seres humanos merecedores de todo o respeito. Um outro utopista, Roger Williams (1603?-83), afirmou ter ouvido um índio da América do Norte colonial dizer: “Nós não usamos roupas, temos muitos deuses, e contudo são menos os nossos pecados. Vós sois bárbaros, pagãos selvagens, a vossa Terra é a selva” (qt. in Williams 103).<sup>2</sup>

O sociólogo holandês F. L. Polak defendeu que, se perdêssemos a visão da eutopia (a que chamava “imagens positivas do futuro”), a civilização ocidental entraria em colapso. Na sua opinião, era nesse sentido que a civilização estava a caminhar, na altura em que escrevia, nos anos 50. O arquitecto e crítico social norte-americano R. Buckminster Fuller escolheu para o livro que fez publicar em 1969 o título *Utopia or Oblivion: The Prospects for Humanity [Utopia ou Esquecimento: as Probabilidades para a Humanidade]*. Proponho-me defender aqui uma posição semelhante: se perdermos a eutopia, perderemos a esperança, perderemos a nossa humanidade. Mas não podemos esquecer que existem dois tipos de utopias: as *inclusivas* e as *exclusivas*. Na diferença entre estes dois tipos radica uma das razões mais importantes para a utopia ser simultaneamente necessária e potencialmente perigosa.

O contexto histórico do século XX, bem como o do início do século XXI, tem-nos oferecido razões mais do que suficientes para atacarmos a utopia. No século XX, constatámos que as utopias do comunismo e do fascismo se

transformaram nas suas próprias distopias. Com a queda do Comunismo, assistimos ao estabelecimento de uma utopia de mercado livre que, em muito pouco tempo, foi por muitas pessoas perspectivada como uma distopia. E no século XXI parece que estamos a regressar às utopias *exclusivas* que, para muita gente, são sinónimo de distopia. George W. Bush é tão utópico como os Taliban ou outros extremistas islâmicos, e todos estão convictos de estarem a realizar um trabalho divino. Todos se acham senhores da verdade e, com o poder e a vontade de imporem a sua verdade, criam a distopia em vez da utopia.

Defendi, durante muitos anos, que a única forma de impedirmos que a utopia se transforme em distopia é criando uma nova eutopia; contudo, testemunhámos a substituição da utopia/distopia comunista pela utopia/distopia do mercado livre, o que me leva a considerar que algo mais deve ser dito sobre o assunto. Um dos problemas deriva da relação entre utopia e ideologia, mas não no sentido definido por Karl Mannheim.<sup>3</sup>

A ideologia, tal como a concebemos nos nossos dias, refere-se, embora com algumas variações, a:

um sistema de valores e crenças respeitantes às várias instituições e processos da sociedade que é aceite como facto ou verdade por um grupo de pessoas. Uma ideologia fornece ao crente uma imagem do mundo tal como ele é e como deveria ser, organizando a grande complexidade do mundo em algo de bastante simples e compreensível. (Sargent, *Contemporary Political Ideologies* 3)

Assim, toda a ideologia contém uma utopia; contudo, o problema surge quando a utopia se transforma num sistema de crenças, em vez de, como acontece na maioria dos casos, se assumir como a crítica do real através da imaginação de uma alternativa melhor. Vejo a utopia como o reflexo de um espelho de uma feira popular funcionando ao contrário: colocamos a sociedade contemporânea distorcida em frente do espelho e este mostra-nos uma possibilidade melhor.

Uma coisa que me irrita profundamente nos estudos sobre utopias é a utilização das palavras “perfeito” e “perfeição”. Em inglês, estas palavras remetem para algo de acabado, completo, sem possibilidade de modificação futura. Thomas More não quis que a sociedade descrita em *Utopia* fosse vista como sendo perfeita; a eutopia de Edward Bellamy, *Looking Backward*, está a mudar e mudou na medida em que o autor escreveu posteriormente uma outra obra dando conta de uma sociedade com algumas diferenças. De acordo com H. G. Wells, a eutopia apresentada em *Men Like Gods* está em constante mudança. As únicas utopias que me ocorrem e que podem ser consideradas perfeitas são

alguns mitos de um paraíso na Terra e algumas representações celestiais que se tornaram populares no final do século XIX.

A esmagadora maioria das utopias não foi concebida como uma representação de uma perfeição imutável. Considero-as como uma fotografia que capta um momento no tempo, que teve um passado e que terá um futuro, e esse futuro será diferente, embora não tão diferente como o passado. Segundo Northrop Frye, “a maior parte das utopias possui defesas incorporadas contra a alteração radical da sua estrutura” (31). Para Frye, esta situação constituía um problema, mas na minha opinião é apenas o que seria de esperar. Quando temos finalmente a oportunidade para agir, necessitamos de defesas contra mudanças radicais da estrutura – e a palavra “radical” é importante –, mas tal não implica que a utopia deva ser considerada perfeita. A mudança é possível, até mesmo esperada, apenas não uma mudança radical.

Consideremos o texto primevo, *Utopia* (1516), de Thomas More, e a punição com a escravatura para quem deixasse a cidade sem autorização ou *Um Diálogo Agradável entre uma Dama de nome Listra e um Peregrino* (1579) [no original, *A Pleasant Dialogue between a Lady called Listra, and a Pilgrim*] atribuído a Thomas Nicholas, que descreve um sistema de punição peculiarmente perverso para obrigar à honestidade. Neste texto, por exemplo, a um juiz que tenha aceite um suborno é mutilada a perna com uma serra de madeira. J. C. Davis, ao discutir os fundamentos da sua definição de utopia, defende que o “utopista” é mais realista ou pragmático pois aceita o problema básico tal como ele é: satisfação limitada de necessidades por oposição a desejos ilimitados (37) e, mais adiante Davis argumenta que o “modo utópico” aceita as falhas dos homens e da natureza e luta para as conter e condicionar através de medidas de vigilância e de punição (370).<sup>4</sup>

Os exemplos do comunismo e do fascismo – utopias transformadas em distopias – levaram pensadores como *Karl R. Popper* em *The Open Society and Its Enemies* (1945) ou *Jacob L. Talmon* em *Utopianism and Politics* (1975) a defenderem que, como explica Talmon:

O Utopismo baseia-se no pressuposto de que apenas a razão – não o hábito, a tradição ou o preconceito – poderá ser o único critério a ser considerado no âmbito das relações humanas. Mas este pressuposto implica que a razão, tal como a matemática, seja universalmente aceite, afirmando-se como detentora única e exclusiva da verdade. Mas a razão acaba por ser o guia mais falível e precário, pois não há nada que impeça que uma diversidade de “razões” se sobreponham, cada qual reivindicando validade única e exclusiva sem qualquer possibilidade de se atingir um compromisso entre elas, sem outro árbitro que se imponha além da força (13).

Esta questão é pertinente. Demasiada razão, seja no século XVI ou no século XX, pode produzir distopias. Mas também as podem produzir pouca razão. As distopias que nos atormentam no século XXI baseiam-se na fé e na tradição, não na razão. Se substituirmos a razão pela fé ou pela tradição na afirmação de Talmon supracitada, o resultado é o mesmo. Não é no utopismo que reside o problema, mas na insistência em se considerar determinada utopia como a única forma correcta de organização social.

Um dos temas dominantes nas obras de Isaiah Berlin serve, numa citação de Kant, de epígrafe a um dos seus livros – “Nada perfeito poderá jamais ser construído a partir da retorcida natureza humana” [“Out of timber so crooked as that from which man is made nothing entirely straight can be built”]. Berlin situa esta reflexão num contexto cultural e nacional, afirmando:

A liberdade . . . é . . . estarmos em casa sem sermos invadidos pelo que não nos pertence, por obstáculos estranhos à nossa realização pessoal, quer da parte de indivíduos quer de civilizações. O sonho do paraíso terreal, de uma Idade do Ouro para toda a humanidade, de uma vida em que todos os homens vivam em paz e fraternidade, a visão utópica de pensadores desde Platão a H. G. Wells, não é compatível com esta ideia. (225)

Berlin estabelece a relação entre estas ideias no título de um dos seus mais célebres ensaios, “O Declínio das Ideias Utópicas no Ocidente”.

Quando estava a trabalhar numa versão anterior deste artigo deparei-me com um livro do economista Albert O. Hirschman cujo título, *A Bias for Hope (Vocação para a Esperança)*, resume, na minha opinião, a mensagem do utopismo. As utopias estão certamente imbuídas desta vocação. Já no primeiro artigo que publiquei sobre utopias defendi que mesmo as distopias têm uma mensagem positiva, na medida em que constituem alertas explícitos para o que poderá acontecer se não moldarmos o nosso futuro. O distópico é um Jeremias que nos fala das consequências dos nossos actos, mantendo contudo a esperança de que poderemos mudar (Sargent, “Existentialism and Utopianism” 72-75).

Existirão utopistas nos nossos dias? Sim, para o bem e para o mal. Como sugeri anteriormente, tanto os extremistas islâmicos como os neo-conservadores dos Estados Unidos esperam impor as suas visões de uma vida melhor num mundo que lhes é particularmente desfavorável. Mas felizmente há também outros utopistas, os que acreditam que estas utopias são de facto distopias, utopistas que seguem o modelo de Las Casas e de Vasco de Quiroga. O utopismo opositor é essencial para que se mantenha a visão de um mundo sem “outros”, sem oprimidos. Basta-nos olhar à nossa volta para vermos estes

utopistas vivos e de boa saúde. Alguns poderão não concordar com todos os meus exemplos, mas eu vejo o utopismo na Teologia da Libertação, que se espalhou desde as suas raízes na América do Sul até aos movimentos dos Negros, Feministas e Mujeristas nos Estados Unidos; esse é um utopismo que mantém viva a visão de um mundo sem divisões debilitantes baseadas em classe, género, etnia e raça. Vejo-o naqueles teóricos islâmicos que defendem um Islão mais inclusivo do que exclusivo. Vejo-o no movimento Zapatista, nos Chiapas, que, juntamente com outros grupos e movimentos em todo o mundo, mantém particularmente vivo o sonho de um mundo no qual os povos indígenas não são suprimidos e podem viver a vida que escolheram. Vejo-o no Fórum Social Mundial, que proporciona a possibilidade de milhares de indivíduos e grupos se reunirem e desenvolverem alternativas às ideologias e movimentos dominantes que os oprimem em vez de os libertarem. Vejo-o na importância que continuam a ter movimentos como o Feminismo e o Ambientalismo, que nos lembram que é possível mudarmos as nossas vidas. Vejo-o nos milhares de comunidades intencionais que ainda hoje existem ou que estão a ser fundadas, onde os indivíduos discutem e trabalham em conjunto para definirem a sua visão utópica. Temos hoje mais destas comunidades do que em qualquer outra altura, à excepção do auge do movimento comunitário nos famosos anos sessenta. E vejo-o no facto de os autores ainda escreverem utopias positivas para nos oferecerem uma visão, e distopias para nos dizerem que ainda vamos a tempo de mudar. Estes autores estão também a escrever trabalhos mais complexos: as utopias que avançam apresentam propositadamente falhas, e as distopias oferecem esperança.

A utopia transformada em ideologia pode ser perigosa. Uma utopia que insista na conformidade com um modelo também pode ser utilizada como uma arma de repressão e assim o tem sido com demasiada frequência. Deste modo, opto pelo que Albert Camus denominou "utopia relativa" e que, muito mais recentemente, John Rawls designou como "utopia realista" (Camus 4-6; Rawls 11-12). No entanto, defendo também que este é o modelo dominante nas utopias e nas comunidades. A maior parte das utopias visa melhorar a humanidade, não através da repressão mas da optimização e, desde que não tenhamos como finalidade a perfeição nem eliminemos a possibilidade de mudança, tais utopias podem fazer frente às distopias que proliferam no presente. Hoje precisamos de utopias e precisamos dos que optam por tentar viver a vida de uma forma mais positiva em comunidades experimentais, porque poderão ajudar-nos a encontrar o caminho para sair do pântano provocado pelos

ideólogos desejosos de nos impor a sua versão de uma vida melhor. Não podemos nunca desistir da busca da eutopia. ■

## Glossário

**Utopismo** – sonho social.

**Utopia** – sociedade inexistente descrita em pormenor e normalmente situada no tempo e no espaço. No uso corrente, “utopia” é definida neste sentido e considerada equivalente a “eutopia” (cf. abaixo).

**Eutopia ou utopia positiva** – sociedade inexistente descrita em pormenor e normalmente situada no tempo e no espaço que o autor pretendia que o leitor contemporâneo perspectivasse como sendo consideravelmente melhor do que a sociedade na qual ele vivia.

**Distopia ou utopia negativa** – sociedade inexistente descrita em pormenor e normalmente situada no tempo e no espaço que o autor pretendia que o leitor contemporâneo perspectivasse como sendo muito pior do que a sociedade no qual ele vivia. A primeira utilização da palavra é geralmente atribuída a Negley e a Patrick, na “Introdução” à sua antologia. Embora esta pareça ser a primeira utilização moderna do termo, encontrei-o uma vez num texto do século XVII. Enviei uma nota a referir o facto a *Alternative Futures*, mas o periódico entrou em colapso antes de ser publicado, e a minha nota perdeu-se no processo. Estupidamente, não guardei uma cópia, pelo que tenho de tentar voltar a encontrar a referência. Uma história de termos utilizados para descrever futuros negativos (John Stuart Mill usava “cackatopia”) seria útil. Sobre o assunto confrontar Köster 65-66. O termo “cackatopia” foi usado pela primeira vez em 1782. Mill usou “distópico” em 1868.

**Sátira utópica** – sociedade inexistente descrita em pormenor e normalmente situada no tempo e no espaço que o autor pretendia que o leitor contemporâneo perspectivasse como sendo uma crítica da sociedade contemporânea.

**Anti-utopia** – sociedade inexistente descrita em pormenor e normalmente situada no tempo e no espaço que o autor pretendia que o leitor contemporâneo perspectivasse como sendo uma crítica ao utopismo ou a alguma eutopia em particular.

**Utopia crítica** – sociedade inexistente descrita em pormenor e normalmente situada no tempo e no espaço que o autor pretendia que o leitor contemporâneo

perspectivasse como sendo melhor do que a sociedade contemporânea, mas com falhas que a sociedade descrita poderá ou não ser capaz de resolver e que apresenta uma visão crítica do género utópico.

**Distopia crítica** – sociedade inexistente descrita em pormenor e normalmente situada no tempo e no espaço que o autor pretendia que o leitor contemporâneo perspectivasse como sendo pior do que a sociedade contemporânea, mas que normalmente inclui pelo menos um enclave eutópico ou mantém a esperança de que a distopia possa ser derrotada e substituída pela eutopia.

**Comunidade intencional** – grupo de cinco ou mais adultos e respectivos filhos, caso existam, provenientes de mais do que uma família nuclear e que tenham escolhido viver em comunidade para otimizar os valores que partilham ou por outro objectivo que tenham acordado. O termo foi usado pela primeira vez em 1948 no momento da fundação da Fellowship of Intentional Communities.<sup>5</sup>

## Notas

---

\* Revisão colectiva de Ivone Oliveira, Luciana Peixoto e Marco Costa, sob supervisão de Fátima Vieira, no âmbito do Seminário de “Revisão e Edição de Textos” do Curso de Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos da FLUP (ano lectivo de 2007-2008).

<sup>1</sup> Estes incluem Lyman, “The Problem of the ‘Flawed Utopia’” 225-31; “The Necessity of Utopian Thinking” 1-14; “Utopische Literature” 125-133; “Choosing Utopia: Utopianism as an Essential Element in Political Thought and Action.” Comunicação apresentada na Universidade de Limerick e na National University of Ireland Galway, em 2003; e “The Intersection of Utopianism and Communitarianism.” Comunicação apresentada na Utopian Studies Society-Europe, Porto, Portugal, em 2004. Esta apresentação baseia-se mais explicitamente nesta última comunicação.

<sup>2</sup> No original: “We Wearne no Clothes, have many gods, And yet our sinnes are lesse: You are Barbarians, Pagans wild, Your Land’s the Wilderness”. Esta frase, citada por George H. Williams (1962), terá sido escrita por Roger Williams em *Key into the Language of America* (1643).

<sup>3</sup> Infelizmente, quando se fala de utopia e de ideologia, o espectro de Manheim ergue-se do túmulo. A maior parte das pessoas desconhece que o livro assim intitulado não foi escrito por Manheim no formato existente; foi organizado pelos primeiros editores/tradutores a partir de um livro com esse título e de uma miscelânea de ensaios. E embora o livro, nesse formato, como muitas pessoas o têm contendo algumas perspectivas importantes, os estudiosos de Manheim colocam-no geralmente entre as suas obras menos importantes. Para além disso, os estudiosos utopistas parecem tender a arrancar os conceitos do contexto e a aplicá-los a situações a que estes não se adequam.

<sup>4</sup> A perspectiva de Davis levanta uma questão poucas vezes considerada pelos estudiosos da Utopia, o papel da lei na sociedade utópica não enquanto meio de a causar/provocar. Miguel Ángel Ramiro Avilés colocou esta questão em *Utopia y Derecho*, bem como numa troca de ideias com Shulamit Almog, publicada no periódico *Utopian Studies*.

<sup>5</sup> Todas estas definições são de Sargent, “Three Faces of Utopianism” 1-37, excepto a de “distopia crítica”.

## Obras Citadas

- Almog, Shulamit, and Amon Reichman. "On Law and Utopia: Rules vs. Principles – A Comment on Ramiro Avilés's Reply." *Utopian Studies* 14.1 (2003): 143-48.
- Almog, Shulamit. "Literary Legal Utopias: Alexander's Visit to Kasiah and Law at the End of Days." *Utopian Studies* 12.2 (2001): 164-73.
- Berlin, Isaiah. "The Apotheosis of the Romantic Will: The Revolt Against the Myth of an Ideal World." 1975. *The Crooked Timber of Humanity: Chapters in the History of Ideas*. Ed. Henry Hardy. London: John Murray, 1990. 207-37.
- . "The Decline of Utopian Ideas in the West." *The Crooked Timber of Humanity: Chapters in the History of Ideas*. Ed. Henry Hardy. London: John Murray, 1990. 20-48.
- Camus, Albert. *Neither Victims nor Executioners*. 1946. Trans. Dwight Macdonald. Chicago: World Without War Publications, 1972.
- Davis, J[ames] C[olin]. *Utopia and the Ideal Society: A Study of English Utopian Writing 1516-1700*. England: Cambridge University Press, 1981.
- Frye, Northrop. "Varieties of Literary Utopias." *Utopias and Utopian Thought*. Ed. Frank E. Manuel. Boston: Beacon Press, 1967. 25-49.
- Fuller, R. Buckminster. "Utopia or Oblivion." *The Prospects for Humanity*. New York: Bantam, 1969.
- Hirshman, Albert. *A Bias for Hope: Essays on the Development and Latin America*. New Haven: Yale UP, 1971.
- Köster, Patricia. "Dystopia: An Eighteenth Century Appearance." *Notes & Queries* 30.1 (1983): 65-66.
- Polak, Frederick Lodewijk. *The Image of the Future: Enlightening the Past, Orienting the Present, Forecasting the Future*. Trans. Elise Boulding. 2 vols. Leyden: A.W. Sythoff, 1961.
- Ramiro Avilés, Miguel Ángel. "On Law and Utopia: A Reply to Shulamit Almog." *Utopian Studies* 14.1 (2003): 132-142.
- . *Utopía y derecho: El sistema jurídico em las sociedades ideales*. Madrid: Universidade Carlos III, Instituto de Derecho Humanos Bartolomé de Las Casas/Marcel Pons, Ed. Jurídicas y Sociales, 2002.
- Rawls, John. *The Law of Peoples*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- Sargent, Lyman Tower. *Contemporary Political Ideologies: A Comparative Analysis*. Belmont: CA, Wadsworth/Thomson Learning, 2003.

- . "Existentialism and Utopianism: A Reply to Frederick L. Polak." *The Minnesota Review* 6.1 (1966): 72-75.
  - . "The Necessity of Utopian Thinking: A Cross-National Perspective." *Thinking Utopia*. New York: Beghahn Books, 2004. 1-14.
  - . "The Problem of the 'Flawed Utopia': A Note on the Costs of Utopia." *Dark Horizons: Science Fiction and the Dystopian Imagination*. Ed. Raffaella Baccolini and Tom Moylan. London: Routledge, 2003. 225-31.
  - . "The Three Faces of Utopianism Revisited." *Utopian Studies* 5.1 (1994): 1-37.
  - . "Utopische Literature und die Schaffung nationaler un personaler Identitäten [Utopianism and the Politics of Identity]." *Die Unruhe der Kultur: Potentiale des Utopischen*. Ed. Michael Fehr, Annelie Ramsbrock and Jörn Rüsen. Weilerswist: Velbrück Publishers, 2004. 125-133.
- Talmon, Jacob. *Utopianism and Politics*. London: Conservative Political Centre, 1957.
- Williams, George H[unston]. *Wilderness and Paradise in Christian Thought: The Biblical Experience in the History of Christianity & the Paradise Theme in the Theological Idea of the University*. New York: Harper & Brothers, 1962.